

# CADERNO DE ENCARGOS

## AJUSTE DIRETO REGIME GERAL

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO PRÉVIO E  
PROJETO DE EXECUÇÃO PARA A ESTAÇÃO DA MOBILIDADE”

## ÍNDICE

<b>PARTE I .....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>4</b>
Cláusula 1.ª - Objeto .....	4
Cláusula 2.ª - Contrato .....	4
Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato .....	5
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....</b>	<b>5</b>
<b>Secção I - Obrigações do Prestador de serviços .....</b>	<b>5</b>
<b>Subsecção I - Disposições Gerais .....</b>	<b>5</b>
Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços .....	5
Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços .....	6
<b>Subsecção II - Dever de sigilo .....</b>	<b>6</b>
Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo.....	6
Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo .....	6
<b>Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 8.ª - Preço contractual.....	7
Cláusula 9.ª - Preço base .....	7
Cláusula 10.ª - Condições de pagamento .....	7
Cláusula 11.ª - Revisão de preços .....	8
Cláusula 12.ª – Adiantamentos.....	8
<b>CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
Cláusula 13.ª - Força maior.....	8
Cláusula 14.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines .....	9
<b>CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....</b>	<b>10</b>
Cláusula 15.ª – Caução.....	10
Cláusula 16.ª - Foro competente .....	10
<b>CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>10</b>
Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual .....	10
Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações.....	10
Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos .....	11
Cláusula 20.ª – Legislação aplicável .....	11

<b>PARTE II .....</b>	<b>11</b>
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Especificações Técnicas.....	11
Cláusula 22. <sup>a</sup> - Atributos da Proposta.....	11
<b>ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....</b>	<b>12</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> – Especificações do Serviço.....	12
Cláusula 2. <sup>a</sup> – Objetivos da Intervenção .....	13
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Área de Intervenção.....	14
Cláusula 4. <sup>a</sup> – Âmbito do Trabalho .....	14
Cláusula 5. <sup>a</sup> – Prazo de Execução .....	14
Cláusula 6. <sup>a</sup> – Plano de Pagamentos .....	14
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Informação a disponibilizar pelo Município de Sines .....	14

## **PARTE I**

### **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.ª - Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para elaboração de estudo prévio e projeto de execução para a Estação da Mobilidade, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas no Anexo I do presente Caderno de Encargos;

#### **Cláusula 2.ª - Contrato**

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário

nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

### **Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato**

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de sessenta dias, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I - Obrigações do Prestador de serviços**

#### **Subsecção I - Disposições Gerais**

### **Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Prestador de serviços a obrigação de efetuar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
2. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços**

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços objeto deste caderno de encargos durante o período de sessenta dias, sendo trinta dias para o estudo prévio e de trinta dias para o projeto de execução, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas previstas na parte II, e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

### **Subsecção II - Dever de sigilo**

#### **Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo**

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines**

### **Cláusula 8.ª - Preço contractual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao Prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do Prestador de serviços.

### **Cláusula 9.ª - Preço base**

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de € 44.000,00 (quarenta e quatro mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato.

### **Cláusula 10.ª - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 8.ª, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do serviço, sendo as faturas emitidas de acordo com os serviços prestados.

3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao Prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

#### **Cláusula 11.ª - Revisão de preços**

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

#### **Cláusula 12.ª – Adiantamentos**

No âmbito do presente fornecimento de bens não há lugar a adiantamentos.

### **CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

#### **Cláusula 13.ª - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;



- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup> - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, mediante acordo prévio escrito entre as partes e com uma antecedência de 60 (sessenta) dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de serviços.

## **CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

### **Cláusula 15.ª – Caução**

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

### **Cláusula 16.ª - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual**

A subcontratação pelo Prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup> - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 20.<sup>a</sup> – Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

## **PARTE II**

### **Cláusula 21.<sup>a</sup> – Especificações Técnicas**

O presente caderno de encargos tem como objeto a aquisição de serviços para elaboração do Estudo Prévio e do Projeto de Execução para a Estação da Mobilidade de Sines, conforme Especificações Técnicas - Anexo I, o qual é parte integrante do presente caderno de encargos.

### **Cláusula 22.<sup>a</sup> - Atributos da Proposta**

O concorrente deverá apresentar a sua proposta instruída com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.

# CADERNO DE ENCARGOS

## ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### Cláusula 1.<sup>a</sup> – Especificações do Serviço

O objeto do presente procedimento é a aquisição de serviços para elaboração do estudo prévio e do projeto de execução da operação “Estação da Mobilidade”, incluindo a assistência técnica.

O desenvolvimento do estudo prévio deverá ter em consideração o Programa Base (Requalificação da Rua Marquês de Pombal e Largo da República) e que é parte integrante do presente documento.

Os projetos necessários são os previstos na Portaria 701-H/2008, de 29 de julho, designadamente, espaços exteriores, incluindo os projetos das especialidades de:

- Projeto de estabilidade de muros e outras estruturas construídas, caso aplicável à solução a adotar no projeto;
- Projeto de drenagem de águas pluviais;
- Projeto de drenagem de águas residuais, substituição de rede existente, incluindo caixas e ramais;
- Projeto da rede de distribuição de água, substituição da rede existente, incluindo ramais e rede de combate a incêndio (marcos);
- Projeto da rede de rega;
- Projeto das redes de energia elétrica e de comunicações, caso as mesmas sejam aéreas devem passar para subterrâneas;
- Projeto da rede de iluminação Pública;

- Projeto de sinalização vertical e horizontal de trânsito;
- Projeto de sinalética de informação.

A composição de cada projeto segue igualmente o previsto Portaria 701-H/2008, de 29 de julho.

Deverá ser dada especial atenção ao facto de a intervenção dever ser à cota zero bem como ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

### **Cláusula 2.ª – Objetivos da Intervenção**

Os objetivos da intervenção são os descritos no Programa Base e que são os seguintes:

- Aplicação dos conceitos de Acessibilidade e Mobilidade para Todos através da criação de percursos pedonais acessíveis, em pavimento confortável, durável e estável;
- Redesenho da área de intervenção através de uma solução 'à cota zero';
- Gestão do estacionamento ao longo da via, privilegiando os lugares PMR (Pessoas com Mobilidade Reduzida) e cargas/descargas;
- Redefinição das zonas de cargas e descargas e paragem de transportes públicos para locais apropriados e estratégicos;
- Promoção da intermodalidade numa visão de conjunto e de integração entre todos os modos como forma de se maximizar o uso dos modos sustentáveis de transporte
- Mais do que multimodalidade (existência de diversos modos de transporte), pretende-se que haja promoção da intermodalidade (integração desses mesmos modos). Destacam-se o sistema park&ride e bike&ride, a possibilidade de transporte de bicicletas nos autocarros, a implementação de plataformas intermodais e a integração da bilhética.

### **Cláusula 3.ª – Área de Intervenção**

A área de intervenção objeto do procedimento é o delimitado na peça desenhada que é parte integrante do procedimento.

### **Cláusula 4.ª – Âmbito do Trabalho**

Os elementos a entregar no âmbito do procedimento são os previstos na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.

### **Cláusula 5.ª – Prazo de Execução**

O prazo para a elaboração do projeto base e do projeto de execução das especialidades é de 60 dias, correspondendo a 30 dias para o estudo prévio e a 30 dias para o projeto de execução.

### **Cláusula 6.ª – Plano de Pagamentos**

O plano de pagamentos estipulado para o contrato é o seguinte:

- Estudo prévio – 40%;
- Projeto de Execução – 50%;
- Assistência Técnica – 10%.

### **Cláusula 7.ª – Informação a disponibilizar pelo Município de Sines**

O Município de Sines disponibilizará a seguinte informação:

- Cartografia vetorial (formato dwg) à escala 1:2000;
- Ortofotomapas à escala 1:2000;

- Programa Base da Requalificação da Rua Marquês de Pombal e Largo da República;
- Carta de Qualificação do Espaço Público e Imagem da Cidade de Sines – Fase II – Caracterização e Diagnóstico;
- Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Cidade de Sines – Fase II - Estratégia de Intervenção
- Planta com as infraestruturas de gerais de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais;
- Levantamento topográfico.